



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

EDITAL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018**

TIPO: MAIOR DESCONTO

ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

RUA DOS PODERES, SN – CENTRO – SÃO JOSÉ DE CAIANA (PB) – CEP 58.784-000

O Órgão Realizador do Certame acima indicado, inscrito no CNPJ/MF nº 08.891.541/0001-69, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro do Município, **CHARLES CORCINO DA SILVA**, assessorado por sua Equipe de Apoio, às 8h00min do dia, **5 de março de 2018**, no endereço também acima indicado, licitação na modalidade **Pregão Presencial**, tipo menor preço, tudo de acordo com este instrumento convocatório e em observância à Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aos Decretos Federais nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, e nº 5.504, de 5 de agosto de 2012, , e, subsidiariamente, à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme os procedimentos e critérios a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para contratação de médico e, plantões, conforme a especificação contida no **Anexo I deste Edital**.

1 DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação consiste na escolha da(s) melhor(es) oferta(s) **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DE A - Z, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB**, tudo em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), o qual é parte integrante e indissociável deste instrumento convocatório.

2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas (MEI, ME, EPP e sociedades empresárias ou empresários individuais) do ramo pertinente ao objeto desta licitação.
- 2.2 A obtenção do instrumento convocatório poderá ser feita junto ao Pregoeiro local ou sua Equipe de Apoio, no prédio sede da CPL no endereço já indicado em preâmbulo, ou ainda ou através dos sites www.saojosedecaiana.pb.gov.br e www.portal.tce.pb.gov.br (mural de licitações do Tribunal de Contas).
- 2.3 Não será admitida nesta licitação a participação de:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 2.3.1 Interessados que se encontrem em regime de falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, assim como empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a administração pública, ou que estejam sob os efeitos das sanções administrativas, com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração municipal;
- 2.3.2 Empresas reunidas em consórcio, ou que sejam controladas, controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.3.3 Pessoas jurídicas das quais participem, a qualquer título, dirigentes ou servidores Municipais de São José de Caiana.

3 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1 Em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, devendo protocolar o pedido junto à CPL no endereço já citado, cabendo o Pregoeiro decidir sobre o requerimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 3.1.1 Caso seja acolhida a pretensão contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 3.2 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o interessado ou licitante que não o fizer até o segundo dia útil antecedente à data de realização da Sessão Pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 3.3 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, pelo menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

4 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro no dia e hora marcada, por intermédio de representante, munido dos documentos que o credenciem a participar deste certame, inclusive com poderes para ofertas e lances verbais.
- 4.2 Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por sua representada, perante todos os atos e efeitos previstos neste Edital.
- 4.3 A ausência do Credenciado, em qualquer momento ou fase da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 4.4 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 4.4.1 Tratando-se de representante legal, o estatuto social ou contrato social, com assentamento perante a Junta Comercial do Estado, ou outro instrumento de registro admitido em lei, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura (**mediante cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência**);
- 4.4.2 Tratando-se de mandatário, **PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular, outorgada pela pessoa jurídica, com reconhecimento de firma do outorgante, NA QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos ou desistir de sua interposição e praticar todos os atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 4.4.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga; (**mediante cópias autenticadas ou apresentação dos originais para conferência**).
- 4.4.3 O representante deverá identificar-se, exibindo documento oficial com foto;
- 4.4.4 Comprovação de que o licitante se enquadra nas prerrogativas do Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando for o caso de microempresa ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), estando apta, portanto, para receber tratamento diferenciado e simplificado na forma definida por aquela norma de regência.
- a) Poderá ser a exigência atendida por declaração expressa, assinada pelo responsável legal da empresa e por profissional da área contábil, devidamente habilitado, conforme o Modelo constante do Anexo IV deste Edital.
- b) A ausência da referida declaração não é suficiente motivo para impedir a participação do licitante; apenas perderá este, no presente certame, o direito ao tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previsto na referida Lei Complementar 123/06.
- 4.5 A procuração por instrumento particular deverá estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do representante legal da outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica) **que deverá ser apresentado no momento do credenciamento**.
- 4.6 Esses documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão estar autenticadas por tabelião ou, se acompanhadas dos respectivos originais, pelo(a) Pregoeiro(a) ou por membro da sua Equipe de Apoio.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 4.7 A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame.
- 4.8 O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro regularmente credenciado.
- 4.9 Não será admitida a participação de mandatário ou representante legal para mais de uma licitante.
- 4.10 Ficará impedido de formular lances verbais, o credenciado cuja procuração não contenha autorização para este fim.

5 DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

- 5.1 No dia, hora e local designado neste Edital, com a presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram presenciar o ato, o(a) Pregoeiro(a), que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes:
 - 5.1.1 Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme Modelo constante do Anexo IV deste Edital;
 - 5.1.2 Declaração de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal (Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93); de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito à participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme Modelo constante do Anexo IV deste Edital, documentos estes que acompanharão, em um só envelope, os demais relativos à habilitação.
 - 5.1.3 Em envelopes lacrados, a documentação exigida para Proposta de Preço (Envelope A) e Habilitação (Envelope B).
- 5.2 Declarado encerrado os procedimentos de credenciamento, a partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital, não mais serão admitidos novos proponentes, sendo aberta a sessão pelo Pregoeiro.
- 5.3 Os envelopes contendo os documentos relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante e o número da licitação, respectivamente, os títulos dos conteúdos (“Proposta de Preço” e “Documentos de Habilitação”), na forma das alíneas “a” e “b” a seguir:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

5.3.1 Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018
LICITANTE: _____
ENVELOPE “A” (PROPOSTA DE PREÇO)

5.3.2 Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018
LICITANTE: _____
ENVELOPE “B” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

- 5.4 Não será admitida a remessa postal dos referidos envelopes.
- 5.5 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada em cartório, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda de cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo(a) Pregoeiro(a) ou sua equipe de apoio.
- 5.6 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac-simile*, mesmo autenticadas, admitindo-se, no entanto, fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das Propostas de Preço.
- 5.7 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preço e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados em idioma pátrio oficial, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.
- 5.8 O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser o mesmo daquele licitante que efetivamente se propõe a executar o objeto da presente licitação.
- 5.9 A não entrega da Declaração exigida no subitem 5.1.1 deste Edital implicará o não recebimento, por parte do(a) Pregoeiro(a), dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, implicando a exclusão da licitante do certame.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 5.10 Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo se por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.11 O Credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada, em todos os seus itens, a fim de que se faça representar, legitimamente, em eventuais negociações entre as partes, evitando com isso a interrupção da sessão para contatos externos visando o esclarecimento de dúvidas sobre o teor da mesma, ficando, todavia, os casos excepcionais para serem avaliados pelo Pregoeiro.

6 DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “A”

- 6.1 Os interessados deverão apresentar as propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope “A”.
- 6.2 A proposta para o(s) item(ns) licitado(s) deverá ser apresentada em única via, digitada, datada, rubricada em suas folhas e assinada por representante da interessada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:
- 6.2.1 Razão Social da sociedade empresária, firma individual, MEI, ME ou EPP, endereço e número dos respectivos CNPJ e Inscrição Estadual do proponente, além do número do processo do Pregão a que se vincula a proposta.
- 6.2.2 Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, corridos da de abertura do certame.
- 6.2.3 Os itens deverão estar cotados em maior desconto (porcentagem), expressos em algarismo (com duas casas decimais);
- 6.3 Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos nas propostas ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pelos pleitos de acréscimos a esses ou qualquer título, devendo os respectivos serviços ser prestados a Prefeitura Municipal de São José de Caiana, sem ônus adicionais;
- 6.4 Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas escritas. Os erros, equívocos e omissões havidas nas cotações serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de desclassificação, qualquer recurso ou eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 6.5 Omissões quanto ao prazo de entrega, prazo de validade da proposta, prazo de garantia e prazo de pagamento serão considerados como aceito o disposto no Edital.
- 6.6 Opcionalmente, deverá a licitante fornecer o número da conta corrente, agência e banco preferido, por onde deseja receber seu crédito, se vencedora.

7 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1 Analisadas as propostas serão desclassificadas as que estiverem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;
- 7.2 Será classificado pelo(a) Pregoeiro(a), primeiramente, o proponente que apresentar a proposta de menor preço e, em seguida, todas as propostas com percentuais sucessivos em até 10% (dez por cento). Não havendo no mínimo três propostas dentro do percentual acima, serão classificadas as de melhor oferta, até que se obtenha o mínimo de 03 (três), em condições de passar à fase de lances, conforme o disposto no art. 4º, incisos VIII, IX e X da Lei nº 10.520/02.
- 7.3 Quando não existirem, no mínimo, três propostas superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor(es) preço(s), serão classificadas as três menores, quaisquer que sejam seus valores.
- 7.4 Aos proponentes classificados conforme o item anterior, será dada a oportunidade para novas disputas por meio de lances de preços, sucessivos, distintos e decrescentes.
- 7.5 O(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances, de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio, no caso de empate entre as ofertas.
- 7.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.6 A desistência em apresentar lance verbal implicará na exclusão do licitante dessa etapa e na manutenção do último valor por ele apresentado, prevalecendo este último lance para efeito de ordenação das propostas.
- 7.7 A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes o(a) Pregoeiro(a) considerar necessário, onde cada um *terá até dois minutos* para formular seu lance.
- 7.8 Só será aceito lance cujo *o desconto por item* seja maior do que o último lance anteriormente registrado no item, deverá ser expresso em % (porcentagem) com até duas casas decimais.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.9 Encerra-se a disputa de lances quando não mais houver nenhuma proposta verbal de menor preço, sendo que, após essa etapa competitiva, as ofertas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de *maior desconto por item*.
- 7.10 Atendendo os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e em sendo verificada a ocorrência de empate – *entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço* – será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.11 Para efeito do disposto no item 7.10, ocorrendo empate, o procedimento dar-se-á da seguinte forma:
- 7.11.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 7.11.2 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 7.10, seguindo-se a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;
- 7.11.3 – A(s) licitante(s) enquadrada(s) nos termos do subitem 7.10, deverá(ão) apresentar junto com a documentação de CREDENCIAMENTO, comprovação da sua condição declarada, por meio de **CERTIDÃO SIMPLIFICADA** ou **documento equivalente, emitida pela Junta Comercial do Estado do domicílio fiscal de sua sede**, com data de emissão nunca superior a 60 (sessenta) dias da data marcada para abertura do certame, sob pena de não lhe serem aplicadas as regras estabelecidas para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto à questão da regularidade fiscal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 7.11.3.1 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.12 Em seguida, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.13 As Propostas que atenderem aos requisitos deste Edital serão examinadas quanto à existência de erros, os quais serão corrigidos pelo Pregoeiro da seguinte forma:
- 7.14 Na hipótese de erro no preço cotado não será admitida retificação.
- 7.15 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.
- 7.16 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições de habilitação do proponente;
- 7.17 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 19 do Edital.
- 7.18 Constatado o atendimento pleno das exigências edilícias, e não havendo manifestação acerca da intenção de interpor recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) licitante(s) declarada(s) vencedora, sendo a adjudicação do objeto definida pelo MENOR PREÇO POR ITEM.
- 7.18.1 Havendo manifesta intenção de interpor recursos, deverão ser observadas as disposições constantes no item 9, deste Edital.
- 7.19 Se a oferta não for aceita ou se o proponente não atender as exigências do ato convocatório, o(a) pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- 7.20 Na ocorrência do disposto no subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente a obtenção de melhor preço.
- 7.21 Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes forem inabilitados, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou outras propostas, escoimadas das causas que ocasionaram a inabilitação ou a desclassificações, em consonância com art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.
- 7.22 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, membros da equipe de apoio e representantes das licitantes presentes.
- 7.23 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 7.24 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 7.25 Não se considerará para efeito de julgamento qualquer oferta ou vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.
- 7.26 No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio.
- 7.27 Na fase de julgamento o Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem as solicitações no prazo por ele(a) estipulado, contado do recebimento da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.
- 7.28 Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.29 Quando o(s) vencedor(es) não apresentar(em) situação regular no ato da assinatura do contrato, será(ão) convocado(s) outro(s) licitante(s), observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato e, assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observadas o disposto nos subitens 7.15 e 7.16.
- 7.30 Se a licitante vencedora se recusar, injustificadamente, em assinar o contrato e, conseqüentemente, não cumprir a obrigação assumida no certame, ser-lhe-á aplicada a regra estabelecida no subitem anterior.

8 DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “B”

- 8.1 O **envelope “B”** deverá conter os documentos a seguir relacionados:
- 8.1.1 Declaração expressa do responsável de que a mesma não está impedida de participar de licitações promovidas pelo Município de São José de Caiana, Estado da Paraíba; que não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a administração pública e que está ciente da obrigação de declarar o fato superveniente, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme Modelo constante do anexo IV deste edital;
- 8.1.2 RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:
- a) Cédula de Identidade do representante legal da empresa
 - b) Ato Constitutivo: cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social, com a última alteração, consolidada e devidamente registrada ou outro ato constitutivo. Em caso de sociedade por ações, o ato constitutivo deve vir



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

acompanhado do documento atualizado, inscrito no órgão competente, de sorte a comprovar a eleição e posse dos diretores;

- c) Registro comercial, no caso de empresário unipessoal ou MEI;
- d) Comprovação do responsável técnico especializado na área do objeto desta licitação, com registro no conselho correspondente;

8.1.3 RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de acordo com a IN/SRF/200/02;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão de quitação de tributos federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão negativa da dívida ativa da União, expedida pela Procuradora da Fazenda Nacional);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (certidão negativa de débitos estaduais);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (certidão negativa de débito municipal);
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: certidão de regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CND);
- g) Cadastro Nacional Estabelecimento de Saúde (CNES);
- h) Alvará de funcionamento expedido pela administração pública da sede da licitante
- i) Alvará da Vigilância Sanitária do estado da licitante;

8.1.4 EM RELAÇÃO À CAPACIDADE TÉCNICA

- a) Comprovação de que a licitante já prestou ou presta serviços de natureza semelhante ao indicado no Anexo I deste Edital, sem restrição. A



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

comprovação deverá ser feita por meio de declaração ou certidão (apresentado em papel timbrado da declarante/certificante, regularmente identificada a assinatura, com firma reconhecida), declarando/certificando que adquiriu da proponente serviços compatíveis com o objeto desta licitação.

- a.1 No caso de atestado emitido por empresa de iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
 - a.1.1 Será considerada como pertencente ao mesmo grupo empresarial da proponente, empresa controlada ou controladora, ou que tenha em sua composição societária pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica.
- 8.2 Será inabilitada a licitante que apresente certidões ou documentos fora dos prazos de validade, salvo se tiver em seu poder ou esteja dentro do envelope de habilitação documento correspondente e atualizado, caso em que será feita a atualização do Cadastro.
- 8.3 A documentação deverá:
- 8.3.1 Estar em nome da licitante;
 - 8.3.2 Estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Caso omissis esse prazo, o Pregoeiro considerará a validade correspondente a 60 (sessenta) dias anteriores à data de recebimento dos envelopes;
 - 8.3.3 Referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz, exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado;
- 8.4 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.
- 8.5 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro lacrados, até que seja formalizada a assinatura da ata pela(s) licitante(s) vencedora(s). Após este ato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas, findo o qual, serão destruídos, se não retirados a tempo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 8.6 DA HABILITAÇÃO DE MICRO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006
- 8.6.1 A comprovação de regularidade fiscal das MEI, microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 8.6.2 No entanto, MEI, microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, ainda que esta apresente alguma restrição.
- 8.6.3 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.
- 8.6.4 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou, se for o caso, revogar a licitação.

9 DA ADJUDICAÇÃO

- 9.1 Caso não haja manifesta intenção de interpor recurso por parte das demais licitantes, a adjudicação em favor da licitante vencedora será feita pelo Pregoeiro, ao final da sessão, com registro em ata, ou posteriormente, caso seja necessária análise mais detalhada das propostas ou documentos.
- 9.2 Se houver interposição de recurso administrativo contra decisão do Pregoeiro, o item atacado pelo recurso será, posteriormente, adjudicado pela autoridade competente para julgar o recurso.

10 DOS RECURSOS

- 10.1 Declarado o(s) vencedor(es) do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, desde que consigne em ata a síntese dos motivos de sua irrisignação, sendo-lhe, assim, concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões de recurso, por escrito, podendo juntar memoriais; facultar-se-á aos demais licitantes a oportunidade de apresentarem contrarrazões em igual prazo, que fluirá a partir do término do prazo do recorrente, assegurada a todos "vista" dos autos no recinto da CPL.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 10.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante para interpor recurso, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito recursal e a imediata adjudicação do objeto da licitação.
- 10.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.4 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de publicação no órgão oficial de imprensa oficial do Município.

11 DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato, mediante comunicação escrita.

12 DA DESPESA

As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2018, nos elementos de despesa:

Unidade Orçamentária	02051 – Fundo Municipal de Saúde
Programa	2033 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Recursos do SUS.
Elemento de Despesa	3390.30 – Material de Consumo

Unidade Orçamentária	02051 – Fundo Municipal de Saúde
Programa	2038 – Manutenção da Farmácia Básica.
Elemento de Despesa	3390.30 – Material de Consumo

Unidade Orçamentária	02041 – Fundo Municipal de Saúde
Programa	2041 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Recursos Próprios.
Elemento de Despesa	3390.30 – Material de Consumo

13 DO FORNECIMENTO

- 13.1 O fornecimento terá início, após a assinatura do termo de contrato, obedecendo a solicitação emitida pela Secretária Municipal de Saúde.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1 A Contratada obriga-se a diligenciar para que o contrato oriundo desta licitação seja cumprido da melhor forma possível, de acordo com os seus objetivos e finalidades especificadas e em conformidade com as normas legais pertinentes.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 14.2 A inobservância de qualquer das obrigações acima relacionadas será motivo de rescisão contratual, tendo como consequência a aplicação de multa e das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.
- 14.3 A Contratada obriga-se a cumprir rigorosamente o prazo de execução do presente instrumento sob pena de multa e rescisão contratual por inexecução total ou parcial.
- 14.4 A Contratada obriga-se a substituir o profissional em casos excepcionais, que venham a prejudicar o atendimento municipal.
- 14.5 Obriga-se, ainda, a seguir as orientações emanadas do Setor competente da Prefeitura e a comparecer às reuniões, quando solicitada.

15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1 Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.
- 15.2 Notificar à Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato.
- 15.3 Atestar as Faturas/Notas Fiscais.
- 15.4 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo.
- 15.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 15.6 Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá à fiscalização dos serviços, a qualquer instante, solicitando da CONTRATADA, sempre que necessárias informações relacionadas com a execução do objeto contratado.

16 DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

- 17.1 O pagamento poderá ser efetuado até o décimo dia útil do mês subsequente, a contar do recebimento da correspondente Nota Fiscal e do atestado relativo à prestação do serviço.
- 17.2 O valor correspondente ao pagamento da fatura será depositado em Conta Corrente da CONTRATADA, por meio de depósito ou ordem bancária ou, por opção da mesma, mediante cheque, diretamente na Tesouraria da Prefeitura Municipal.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

- 17.3 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

17 O PREÇO E DO CRITÉRIO DE AJUSTE

- 18.1 Os descontos propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou a qualquer outro pretexto.
- 18.2 Os descontos serão fixos e irreajustáveis durante a vigência do contrato.
- 18.3 Só poderão ser revisados na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.

18 DAS PENALIDADES

- 19.1 Ao licitante que retardar a execução do certame, não mantiver a proposta, não fornecer os medicamentos objeto desta licitação de acordo com o edital, ou falhar ou fraudar a execução do contrato, prestar informações inverídicas, aplicar-se-ão as sanções adiante especificadas, garantindo-se o prévio direito de ampla defesa:
- 19.1.1 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 19.1.2 Advertência;
- 19.1.3 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por infração de qualquer cláusula, que será dobrada em caso de reincidência.
- 19.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o Contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, após a convocação oficial, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas no item anterior.
- 19.3 As sanções administrativas previstas somente poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificada e comprovada, a critério da Administração.

19 DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

- 20.1 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

por cento) do valor do Contrato, em conformidade com a previsão do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no parágrafo 2º e seguintes do referido artigo.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1 A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital (e anexos), bem como das normas administrativas vigentes.
- 21.2 Não será admitida a transferência a terceiros das obrigações assumidas por força desta licitação.
- 21.3 O município de São José de Caiana, reserva-se o direito de revogar, total ou parcialmente, a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito a quaisquer indenizações, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
- 21.4 Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio no horário das 08h00min às 11h00min, no prédio sede da Prefeitura, sala da CPL, no endereço descrito no preâmbulo.
- 21.5 Os casos omissos neste instrumento convocatório serão resolvidos pelo Pregoeiro, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/06, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 21.6 Na hipótese de não haver expediente, por motivo superior ou inesperado, na data prevista para recebimento e abertura dos envelopes, a reunião inaugural ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento normal da Prefeitura Municipal, nas mesmas condições já estabelecidas acima.
- 21.7 Questões irrelevantes, do ponto de vista estritamente formal, quanto ao credenciamento, quanto às propostas de preços ou a documentação, serão sanáveis por decisão do(a) Pregoeiro(a) e de sua Equipe de Apoio.

São José de Caiana-PB, 19 de fevereiro de 2018.


CHARLES CORCINO DA SILVA
Pregoeiro



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – Introdução e Base Legal

- 1.1 A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.520 de 17.07.2002.

2 – Do Objeto

2.1 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE A - Z, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB

3 – Estimativas

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO
1	ÉTICOS	Und	50.000,00
2	GENÉRICOS	Und	100.000,00
3	SIMILAR	Und	50.000,00

- 3.1 As quantidades aqui estipuladas são apenas uma estimativa, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.
- 3.2 Será considerados os preços e relação dos medicamentos do CMED – Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos, no site da Anvisa.

4 – Das Obrigações da Contratada

- 4.1 A Contratada deverá prestar os serviços, objeto desta licitação, de acordo com as cláusulas contratuais, as especificações e recomendações do PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018, de acordo com o calendário feito pela Secretaria Municipal de Saúde de São José de Caiana/PB.
- 4.2 Vencendo-se a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS - CRF expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.
- 4.3 A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual a mercadoria se refere.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

4.4 Em tudo agir, segundo as diretrizes do Contratante.

5 – Validade da Proposta

5.1 A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

6 – Forma de Pagamento

6.1 O pagamento será efetuado em até o 10 (décimo) dia útil do mês seguinte à prestação dos serviços e o respectivo atestado na correspondente Nota Fiscal.

7 – Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

7.1 O critério para decisão da proposta vencedora será o de *maior percentual de desconto por item*.

8 – Do Reajuste

8.1 Os descontos serão irremovíveis durante a vigência do contrato.

9 – Fiscalização do Contrato

9.1 A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pelo Contratante e deverá ser exercida conforme Cláusula Décima, da minuta do contrato em anexo.

São José de Caiana-PB, 19 de fevereiro de 2018.



CHARLES CORCINO DA SILVA
Pregoeiro



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018

CONTRATO Nº _____/2018

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE **SÃO JOSÉ DE CAIANA - ESTADO DA PARAÍBA** E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA _____ (ou a FIRMA INDIVIDUAL, MEI, ME ou EPP), NA FORMA A SEGUIR EXPRESSA.

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua Dos Poderes, nº sn - Centro, São José de Caiana, Estado da Paraíba, inscrita no Cadastro Geral do Contribuinte do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 08.891.541/0001-69, representado neste ato pelo prefeito constitucional **JOSÉ LEITE SOBRINHO**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a sociedade empresária (ou a Firma Individual. MEI, ME ou EPP) inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº e Insc. Estadual nº(se houver), com sede na Rua, nº, Bairro – na Cidade de, por seu representante legal,, RG nº e CPF n/, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, a ser executado na forma de execução indireta, mediante as cláusulas e condições a seguir, o que fazem de acordo com o PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 010/2018, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL sob nº 007/2018, nos termos e condições adiante pactuados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - A **CONTRATADA** obriga-se a **FORNECER MEDICAMENTOS DE A - Z, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB**, o que fará em conformidade com o Termo de Referência e da Proposta de Preços vinculadas ao Pregão acima especificado, os quais são parte integrante e indissociável deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO - Este contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiária a lei 8.666/1993 e nas demais disposições normativas de regência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO –



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Dá-se a este contrato o valor global de R\$ _____ (_____). O pagamento será efetuado até o dia dez de cada mês subsequente a prestação dos serviços, sendo estes atestados por nota fiscal de serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO - O prazo de vigência deste Contrato será restrito ao exercício financeiro de 2018, a partir da respectiva assinatura e publicação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS – O pagamento das despesas decorrente da execução deste contrato correrá à conta dos Recursos Orçamentários próprios da Prefeitura Municipal de São José de Caiana: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:**; **ELEMENTO DE DESPESA:**

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES – Constituem obrigações da CONTRATADA:
a) observar, rigorosamente, as especificações da prestação do serviço pactuado, conforme pontuadas pelo contratante no Termo de Referência, respondendo pelas especificações apresentadas;

b) repassar, corrigir, remover, responder judicialmente, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios defeitos ou problemas relacionados com a execução deste (Art. 69, da lei nº 8.666/93).

c) responder pelas consequências decorrentes da inexecução do contrato;

d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE determinar, na execução do contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor originário (Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93);

e) todas as demais obrigações previstas para a contratada, nos termos do edital referente ao Pregão nº 007/2018, do qual se originou este contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - Da responsabilidade do CONTRATANTE - O CONTRATANTE obriga-se a:

a) efetuar os pagamentos do Serviço, na forma estabelecida na Clausula Terceira;

b) expedir termo circunstanciado ou recibo, ao receber o objeto do contrato (Art. 73, inciso I, alínea “b”, c/c o Art. 74, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93);

c) todas as demais obrigações previstas no instrumento convocatório, relativo ao Pregão nº 007/2018, que deu origem a este contrato;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a contratada às seguintes penalidades, com a garantia prévia e de ampla defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contratual, nos casos de descumprimento de quaisquer das cláusulas aqui avençadas, ou na ocorrência das hipóteses que importem a aplicação da sanção, nos termos do edital do certame a que se vincula este contrato.
- c) impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A multa prevista nesta cláusula não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas (Art. 87, incisos I, II e IV, c/c o Art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA NONA - DA RECISÃO - O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no Art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, e sem prejuízo das penalidades pertinentes, assegurado o contraditório e a ampla defesa (parágrafo único do art. 78, da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO - No prazo de até 5 dias úteis a contar da celebração deste contrato, a Administração contratante providenciar-lhe-á a publicação, por extrato, no Órgão Oficial de Imprensa do Município, (Art. 61, § 1º, da Lei nº 8.666/93).

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS E CUSTOS OPERACIONAIS - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento dos tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto (Art. 71, *caput*, da Lei nº 8.666/93).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO - Cabe ao CONTRATANTE, a seu exclusivo critério e através da Secretária Municipal de Saúde, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do serviço ora contratado (Art. 67, da Lei nº 8.666/93).

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO - O foro da cidade de Itaporanga é o competente para dirimir todas as questões oriundas deste Contrato.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

E, para firmeza e validade do que acima ficou acertado e pactuado, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual também vai assinado pelas testemunhas a seguir identificadas.

São José de Caiana (PB), de de 2018.

JOSÉ LEITE SOBRINHO
Prefeito
CONTRATANTE

Razão social _____
CNPJ nº _____
Representante _____
CONTRATADA

PAULO CÉSAR CONSERVA
OAB/PB 11874
Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

1ª.....

NOME:

CPF:

2ª.....

NOME

CPF:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2018

Os dados da empresa:

Razão Social: _____

CNPJ (MF) n°: _____

Inscrição Estadual n°: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____

Cep: _____ Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência n°: _____ C/C n°: _____

Em atendimento ao solicitado no Edital do PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2018 informamos a seguir o nosso desconto para **MEDICAMENTOS DE A - Z, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB**, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

ITE M	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VR. UNIT.	VR. TOTAL

Valor Total: R\$ _____ (_____)

Validade da Proposta: _____

Cidade-UF, _____ de _____ de _____.

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do responsável legal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO IV
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018

(usar papel timbrado da empresa)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Local e data

Ao Sr.
Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal
São José de Caiana-PB

Senhor Pregoeiro,

Pela presente, designamos o(a) Sr.(a) _____
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela SSP do Estado de(a)
_____, para os representar no processo licitatório relativo ao
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018, podendo o(a) mesmo(a) formular lances verbais à
proposta escrita apresentada, quando convocado, negociar preço e, ainda, rubricar
documentos, renunciar o direito de recurso e apresentar impugnação à recursos, assinar atas,
recorrer de decisões administrativas, enfim, praticar todos os atos inerentes à referida
licitação.

Atenciosamente,

Identificação e assinatura do outorgante
com firma reconhecida em cartório



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2018

1) Item 4.4, letra D

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ n° _____, para fins de participação no Processo Licitatório Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2018**, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____ (órgão expedidor: _____ e do CPF n° _____, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

2) item 5.1.1

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE para habilitação previsto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

3) Item 5.1.2

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores de quatorze anos na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

4) Item 5.1.2

(usar papel timbrado ou personalizado da empresa)

DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de São José de Caiana, Estado da Paraíba e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 08.891.541/0001-69

5) Item 5.1.2

DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, declara ter conhecimento e aceita todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se às condições nele estipuladas.

(local e data) _____, _____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
CNPJ: 08.891.541/0001-69

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB, através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 004/2018, publica para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 10.520/02 e alterações, Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018**, no prédio da Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB, localizada à Rua 13 de Maio, sn, Centro, no dia **05 de março de 2018**, às **08h00min (horário local)** para **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DE A - Z, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB**, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência do Edital. Maiores informações e cópia completa do Edital e seus Anexos, poderão ser obtidas na sede da CPL, no endereço acima indicado, ou pelo site www.saojosedecaiana.pb.gov.br.

São José de Caiana-PB, 19 de fevereiro de 2018.


CHARLES CORCINO DA SILVA
PREGOEIRO

Material de Consumo. 02.06 - Secretaria de Educação e Cultura: 12.361.2008.2015/12.361.2008.2016/12.361.2008.2018/12.366.2006.2024/13.392.2017.2026 - Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. 02.07 - Secretaria de Saúde e Saneamento: 10.301.2005.2027/10.301.2005.2067/10.301.2005.2070 - Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. 02.08: Secretaria de Ação Social: 08.243.1003.2084/08.244.2014.2038/08.244.2014.2039/08.244.2014.2075/08.244.2014.2076/08.244.2014.2077/08.244.2014.2078 - Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. 02.09: Secretaria de Desenvolvimento Municipal: 15.452.1002.2041 - Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. 02.11: Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer: 27.812.2015.2045 - Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2018. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Riachão: e: CT N° 00018/2018 - 16.02.18 - ROGERIO HERCULANO DE CARVALHO - ME - R\$ 78.672,80.

Prefeitura Municipal de Caaporá

EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÁ
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO

Processo: Tomada de Preços 002/2015 - Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência - Contratante: Prefeitura Municipal de Caaporá-PB - Contratada: ENGEMAIS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP - CNPJ: 17.427.953/0001-33 - Período: até 10/06/2018 - Recursos: Gerais - Data Aditivo: 10/11/2016 - Amparo Legal: Lei n° 8.666 de 21.06.93, art. 5º - Caaporá, 16 de Fevereiro de 2018.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO
PREFEITO

Prefeitura Municipal de Brejo dos Santos

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 00008/2018

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Apolônio Pereira, 112 - Centro - Brejo dos Santos - PB, às 08:30 horas do dia 07 de Março de 2018, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Contratação de pessoa física ou jurídica para execução de serviços de ultrassonografia, durante o exercício de 2018. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal n° 10.520/02 e Decreto Federal n° 3.555. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: cplbrejodossantos@gmail.com

Edital: <http://transparencia.elmar.inf.br/Licitacao?e=201037&menu=of> ou www.tcc.pb.gov.br
Brejo dos Santos - PB, 16 de Fevereiro de 2018

PAULO GUEDES DA COSTA
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de São Sebastião de Lagoa de Roça

EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA

EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR ARA EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

TERMO ADITIVO N° 01 DO CONTRATO DE N° 00001/2018.

PARTES PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA E POSTO DE COMBUSTÍVEIS NOBERTO LAGOA DE ROÇA LTDA, CNPJ N° 18.709.157/0001-56 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS E GPL, NO SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA/PB. FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL N° 00018/2017. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA:

RECURSOS: 02010.04.122.1001.2002-02030.04.122.1003.2005-02050.12.361.1006.2013-02050.12.361.2002.2015-02050.12.361.2002.2016-02050.12.361.2002.2017-02050.12.365.2004.2019-02070.15.122.1007.2034-02070.15.452.2010.2036-02070.26.782.2009.2035-02080.20.122.1008.2038-02080.20.605.2012.2041-02090.08.122.1009.2042-02110.10.301.2007.2024-02110.10.301.2007.2025-02110.10.302.2019.2066-02110.10.304.2007.2032-02120.08.243.2017.2043-02120.08.244.2016.2045. O QUE REFERE-SE O PRESENTE 1º ADITIVO DE VALOR PARA EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO A CONTAR DO DIA 16/02/2018. QUE FICARÁ COM OS SEGUINTE PREÇOS: GASOLINA COMUM - MARCA: SETTA - VALOR DO LITRO R\$4,01 - VALOR TOTAL R\$ 100.250,00 / ETANOL - MARCA: SETTA - VALOR DO LITRO R\$3,10 - VALOR TOTAL R\$ 23.250,00 / ÓLEO DIESEL COMUM - MARCA: SETTA - VALOR DO LITRO R\$3,35 - VALOR TOTAL R\$ 67.000,00 / ÓLEO DIESEL S10 - MARCA: SETTA - VALOR DO LITRO R\$ 3,41 - VALOR TOTAL 102.300,00, PASANDO O VALOR TOTAL DO CONTRATO PARA R\$292.800,00 (DUZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS), MANTENDO AS DEMAIS CLÁUSULAS INALTERADAS, COM FULCRO NO ART. NO ARTIGO. 65, II, "D" DA LEI 8666/93. ASSINAM: SEVERO LUIS DO NASCIMENTO NETO E POSTO DE COMBUSTÍVEIS NOBERTO LAGOA DE ROÇA LTDA.

Prefeitura Municipal de Areia

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 00001/2018

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços n° 00001/2018, que objetiva: Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Recuperação em Paralelepípedos de Vias Urbanas na Cidade de Areia/PB. Recurso do Contrato de Repasse: 1025.099-32/2015 - MCIDADES.; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: POLYEFE CONSTRUÇÕES, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI - EPP - R\$ 211.542,42

Areia - PB, 20 de Fevereiro de 2018

JOÃO FRANCISCO BATISTA DE ALBUQUERQUE
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA/PB

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 00011/2018

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial n° 00011/2018, que objetiva: Aquisição de Material Elétrico em Geral Destinados à Manutenção do Município de Areia-PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: CENTER LUZ MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME - R\$ 68.299,00; JOSE ARLINDO OLIVEIRA SILVA - R\$ 40.156,75; REJANE DALVA DA SILVA JAPIASSU - - ME - R\$ 29.283,00; SEMACON - SERRANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP - EPP - R\$ 52.874,00.

Areia - PB, 20 de Fevereiro de 2018

JOÃO FRANCISCO BATISTA DE ALBUQUERQUE
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA/PB

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 00017/2018

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Epitácio Pessoa, S/N - Centro - Areia - PB, às 09:30 horas do dia 02 de Março de 2018, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para: REGISTRO DE PREÇOS para futura contratação de empresa para fornecimento parcelado de Material de limpeza. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal n° 10.520/02 e Lei Federal n° 10520/02. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: comissaoic2017@gmail.com. Edital: WWW.AREIA.PB.GOV.BR ou www.tcc.pb.gov.br.

Areia - PB, 19 de Fevereiro de 2018

JOSÉ ROBERTO DA SILVA
Pregoeiro Oficial

EXTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Recuperação em Paralelepípedos de Vias Urbanas na Cidade de Areia/PB. Recurso do Contrato de Repasse: 1025.099-32/2015 - MCIDADES. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços n° 00001/2018.

VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias.

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Areia: e: CT N° 00073/2018 - 20.02.18 - POLYEFE CONSTRUÇÕES, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI - EPP - R\$ 211.542,42.

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: Aquisição de Material Elétrico em Geral Destinados à Manutenção do Município de Areia-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial n° 00011/2018.

VIGÊNCIA: até 31/12/2018.

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Areia: e: CT N° 00069/2018 - 20.02.18 - CENTER LUZ MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME - R\$ 68.299,00; CT N° 00070/2018 - 20.02.18 - JOSE ARLINDO OLIVEIRA SILVA - R\$ 40.156,75; CT N° 00071/2018 - 20.02.18 - REJANE DALVA DA SILVA JAPIASSU - - ME - R\$ 29.283,00; CT N° 00072/2018 - 20.02.18 - SEMACON - SERRANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP - EPP - R\$ 52.874,00.

Prefeitura Municipal de São José de Caiana

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 010/2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB, através de seu Pregoeiro, designado

pela Portaria nº 004/2018, publica para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 10.520/02 e alterações, Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018, no prédio da Prefeitura Municipal de São José de Caiana-PB, localizada à Rua 13 de Maio, sn, Centro, no dia 05 de março de 2018, às 08h00min (horário local) para AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DE A - Z, JUNTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA-PB, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência do Edital. Maiores informações e cópia completa do Edital e seus Anexos, poderão ser obtidas na sede da CPL, no endereço acima indicado, ou pelo site www.saojosedecaiana.pb.gov.br.
São José de Caiana-PB, 19 de fevereiro de 2018.

CHARLES CORCINO DA SILVA
PREGOIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

CONVOCAÇÃO
ASSINATURA DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2018

CONVOCADA: ELÉTRICA LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICISTA LTDA ME
CNPJ Nº: 00.226.324/0001-42
ENDEREÇO: AV. INDEPENDÊNCIA, Nº 6060, SETOR AEROPORTO, GOIÂNIA-GO
CEP Nº 74.070-010

Através do processo licitatório em epígrafe e em consonância com o art. 64 da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1193, fica a empresa a cima identificada, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, compareça na sede da Prefeitura Municipal de São José de Caiana, localizada na Rua Dos Poderes, s/n, São José de Caiana/PB, para assinatura do Termo Contrato, que tem como objeto a aquisição parcelada de material de elétrico.
São José de Caiana/PB, 19 de fevereiro de 2018.

JOSÉ LEITE SOBRINHO
Prefeito

Prefeitura Municipal
de Jericó

ATO DO PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social, CMAS de Jericó-PB no uso de suas competências e atribuições legais.

Resolve:

Considerando:

- As diretrizes dispostas através da Lei 12.435/2011 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social, que complementa da Orgânica de Assistência Social- Lei8.742/1993;
- A NOB/SUAS - 2012: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, no que se refere à composição e atribuições dos Conselhos de Assistência Social;
- A NOB/RH- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema único de Assistência Social;

- As deliberações da última conferência Municipal de Assistência Social;
- As diretrizes nacionais referentes à política de Assistência Social.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social do Município de Jericó-PB, para a vigência 2018/2021.

Jericó, 12 de Dezembro de 2017.

GLIACLEANI DE SOUSA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LEILÃO 00001/2018

LOCAL: No Pátio em frente a Prefeitura Municipal de Jericó/PB

Praça Frei Damião, S/N, Centro, Jericó/PB

OBJETO: REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO MEDIANTE A INVIABILIDADE DA PRESERVAÇÃO DOS BENS MÓVEIS EM PODER DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ/PB, LEVANDO-SE EM CONTA O FATOR CUSTO-BENEFÍCIO. A INUTILIZAÇÃO E DESCARTE DOS BENS SEGUEM OS PRINCÍPIOS EXARADOS NA LEI 8.666/93 E DECRETO FEDERAL 99.658/1990.
HOMOLOGO A PRESENTE LICITAÇÃO NA MODALIDADE LEILÃO,

ITEM	Descrição	CFOP	Nº PROCESSO	LANCE	VALOR TOTAL
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ	06.931.493.9903-44	00001/2018	03	521.300,00
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ	06.931.493.9903-44	00001/2018	02	354.100,00
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ	06.931.493.9903-44	00001/2018	04	324.300,00
4	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ	06.931.493.9903-44	00001/2018	01	343.800,00
5	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ	06.931.493.9903-44	00001/2018	06	349.300,00
6	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ	06.931.493.9903-44	00001/2018	07	323.300,00
7	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ	06.931.493.9903-44	00001/2018	08	342.300,00
8	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ	06.931.493.9903-44	00001/2018	09	344.300,00
9	PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ	06.931.493.9903-44	00001/2018	10	34.100,00
TOTAL GERAL					3.8.97.700,00

Jericó/PB, 05 de Fevereiro de 2018.

CLAUDEEIDE DE OLIVEIRA MELO
Prefeito Constitucional

EXTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00007/2018. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Jericó: 12.361.0008.2012.0000 - Outras Despesas Correntes - Elemento de Despesa: 33.90.19.00 - Auxílio Fardamento.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2018. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jericó e: CT Nº 00010/2018 - 16.02.18 - NATALIA PRISCILA DOS SANTOS SILVA - ME - R\$ 41.271,00.

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de combustíveis e lubrificantes. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00008/2018. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Jericó, 02.03.00 - Secretaria Municipal de Planejamento; 02.04.00 - secretaria Municipal de Finanças; 02.05.00 - secretaria Municipal de Agricultura; 02.06.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e desporto; 02.07.00 - Fundo Municipal de Saúde; 02.08.00 - Fundo Municipal de Assistência Social; 02.09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no Elemento de despesa: 3.90.30.00 - Material de Consumo.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2018. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jericó e: CT Nº 00011/2018 - 19.02.18 - ADAURI MUNIZ AUTO POSTO LTDA - R\$ 636.400,00.

Prefeitura Municipal
de Piancó

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00023/2018

O Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio tornam público o resultado de julgamento de proposta de preços e habilitação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 00023/2018, com o objeto: serviços de manutenção em equipamentos e aparelhos da Secretaria de Saúde. Estando classificada e habilitada, a empresa: ROBERTO DIOGO FERREIRA DA COSTA EIRELI-ME - CNPJ Nº 10.464.359/0001-73, vencedora com o valor global de R\$ 369.965,00 (trezentos e sessenta e nove mil e novecentos e sessenta e cinco reais).
Piancó-PB, 19 de Fevereiro de 2018

ANDRÉ ALEXANDRE DO NASCIMENTO
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ

AVISO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a contratação da empresa TECMIX TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA05.301.712/0001/64, com o valor total 339.554,25 (trezentos e trinta e nove mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte cinco centavos) Adesão Ata de Registro de Preços 00011/2017 registrada pelo Pregão Presencial nº 00023/2017 cujo o objeto foi a contratação de empresa para aquisição de materiais de consumo diversos: expediente, papelaria e escritório, na quantidade total, por parte da empresa vencedora, para todas as Secretarias do Município de Piancó-PB.

Piancó - PB, 19 de fevereiro de 2018.

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2018

O Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio tornam público o resultado de julgamento de proposta de preços e habilitação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2018, com o objeto: serviços de gráficas destinados a todas secretarias. Estando classificada e habilitada, a empresa: GRÁFICA E EDITORA JOTTA LTDA-ME, cadastrada no CNPJ Nº 22.763.480/0001-85, vencedora com o valor global de R\$ 321.879,50 (trezentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavo).
Piancó-PB, 19 de Fevereiro de 2018

André Alexandre do Nascimento
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00024/2018

Objeto: contratação dos serviços de gráficas destinados a todas secretarias.

Vencedora:

- GRÁFICA E EDITORA JOTTA LTDA-ME, cadastrada no CNPJ Nº 22.763.480/0001-85, com o valor global de R\$ 321.879,50 (trezentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavo).
Resolve:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR, após análise do processo, nos termos da Lei 10.520/2002.

Prefeito

Piancó-PB, 19 Fevereiro de 2018